

POR UMA HISTÓRIA DA IGREJA ENTRE O MEMORÁVEL E O INDIGNO: uma questão metodológica

* Professor de História da Igreja no ITESP.

Adailton Maciel Augusto*

Resumo:

Os desafios e a grande riqueza da moderna historiografia, especialmente após os *Annales* são apresentados pelo a. como um questionamento para a história da Igreja enquanto disciplina no curso de teologia. Uma metodologia da história que considere os de baixo ou eventualmente sem voz, pode trazer uma grande contribuição para a compreensão da caminhada das Igrejas Cristãs ao longo do tempo, segundo o a. a escola da *Nouvelle Histoire* leva em consideração uma série de temas esquecidos e isto pode ser uma chave tanto da seleção de material a ser estudado como de métodos a serem seguidos nos estudos dos 500 anos.

Chaves:

Brasil: História da Igreja, Historiografia, História: Metodologia, *Annales*, Historiografia contemporânea.

INTRODUÇÃO

Conceber História das Igrejas Cristãs, considerando dois mil anos de cristianismo entre nós, seria o mesmo que imaginar a força indescritível das ideologias e das concepções políticas que se estabeleceram entre nós. Compreender a existência humana ignorando o lugar preponderante da política e da ideologia seria o mesmo de compararmo-nos a *spectros* de pessoas humanas, como já nos dizia o mestre Fernando Pessoa.

O conhecimento histórico se constrói pela cronologia e periodização; elas se constituem como uma infra-estrutura sobre a qual o historiador(a) trabalhará, a fim de criar sua metonímia, que é, por sua vez, ao mesmo tempo, uma descrição seletiva de eventos e uma tessitura de fatores e motivos que ordenam a explicação histórica, a razão de ser do historiador(a). Nela o historiador(a) empenha sua inteligência e imaginação históricas para relacionar os eventos históricos entre si e aos fatores sócio-econômicos, culturais, políticos, demográficos ou geográficos, que permitem ao conhecimento histórico ser algo mais do que um simples registro cronológico do que aconteceu. Arriscamos afirmar que a produção historiográfica, no terreno das relações Igreja e sociedade, talvez tenha se afirmado de maneira um tanto unilateral, oficiosa e de cunho unicamente cronológico.

A história não pode ser descrita sumariamente como uma série de níveis não comunicáveis, cada um dos quais simplesmente abrigo e condensando uma perspectiva individual ou de classe. A revolução que ocorre no conhecimento histórico, em meados deste século, seria melhor descrita se fosse utilizado o conceito de espaço histórico topológico, ou como construção holográfica, em cujo interior cada um dos pontos possíveis de análise reorganiza o espaço, acrescenta, qualitativamente, alguma coisa ao que já se sabe, sem destruir uma história total, que não seria, como pretende Claude Lévi-Strauss, igual a zero¹.

O movimento de Jesus, algo original e apaixonante na forma de contestação para os padrões de uma sociedade imperial e totalitária, foi capaz de perpetuar-se entre nós como a religião reveladora e concretizadora das utopias possíveis. Mas, uma pergunta inquietante perpassou os séculos: como esse misto de carisma e instituição permaneceu e permanece revigorada e atuante entre nós? Digamos que estamos presentes acertando e comentando equívocos que a história, mãe e mestra, nos revela.

Ousamos dizer que o cristianismo participou de fases da história universal onde gostaríamos de elencar alguns fatos que servirão como instrumentais de análises posteriores por parte de acadêmicos (as) e estudantes de teologia interessados em uma reflexão com bases nas fontes do pensamento cristão e das histórias das Igrejas Cristãs. Nossas perspectivas de análise direcionam-se visando a inserção das comunidades cristãs na complexidade subjacente às sociedades do século XXI.

De início assumiríamos a posição de afirmar e re-afirmar o partidarismo de Jesus de Nazaré, o Cristo, com os manipulados de seu tempo. Logo, diríamos que nossa leitura reivindica es-

1 Cf. C. LÉVI-STRAUSS, *La pensée sauvage*. Paris, Plon, 1962, p. 345 ss.

paço e certeza do lugar fontal que deveria ocupar os desposuídos na história do cristianismo que se constrói entre nós. Reconhecemos que tal opção requer uma nova leitura da questão do método (o caminho a seguir) ao tratarmos da história da igreja enquanto movimento contextualizado e naturalizado no *ethos* judaico-greco-romano.

Nossa preocupação reside no fato de que a história oficial do cristianismo relegue, meramente, a planos secundários, o testemunho de mulheres e homens portadores da força mística do testemunho coerente no fazer-se das Igrejas Cristãs. Está evidente que nosso contexto de análise está intimamente ligado à realidade das culturas religiosas da América Latina e, mais precisamente, do Brasil. Uma compreensão da presença das igrejas cristãs em nosso continente requer a evidenciação de que implantou-se entre nós, ou melhor, impôs-se a nós uma, ótica de catolicismo tridentino (referência ao Concílio de Trento realizado entre 1545-1563) e, no plano protestante, uma visão pietista e de índole calvinista. Resgatar o ocultado, para criar novas hipóteses interpretativas: eis o desafio para pesquisadores e professores de História das Igrejas.

Que fatos mereceriam ser relidos numa ótica dos esquecidos? Dois mil anos de cristianismo requer um curvar-se sincero sobre as fontes alternativas para o encantamento que se provoca ante a novidade. A título ilustrativo e provocador, elencamos, abaixo, dez tópicos que se inserem na história total do cristianismo e que merecem uma leitura, considerando outras variantes interpretativas.

1. A práxis de Jesus Cristo revela-nos o desafio de uma igreja comunal e contestatária da religião imperial e totalitária (Séculos I-III).
2. Constantino e Teodósio: o modelo de cristandade (Século IV).
3. Carlos Magno e Leão III: expansão de um espírito *cristão duvidoso* (Séculos VII-IX).
4. A experiência da Abadia de Cluny (Século X).
5. Movimentos iniciantes da reforma protestante (Séculos XII -XIV).
6. O advento da Modernidade e a sedimentação dos movimentos reformadores (Século XVI).
7. O espírito da inquisição: a força das heresias (Século XVI).
8. A era das revoluções e o conflito do espírito racional-científico (Séculos XVII-XIX).
9. Vaticano I e Vaticano II: a igreja do diálogo (Século XX).
10. O desafio da Terceira Revolução Técnico-Científica: a era digital, a robótica, o conhecimento transdisciplinar, a clonagem, etc. Para onde caminham as Igrejas?

Uma nova maneira de ler tais eventos tão debatidos em nossas salas de aula passa por uma questão de método e de compreensão. Citamos tais exemplos pois são pilares básicos de qualquer curso de História da Igreja Geral. As duas partes de que se compõem este artigo são uma tentativa de apresentar, a título introdutório, algumas questões inquietantes ao tratarmos a relação método historiográfico e teologia.

1. A CONTRIBUIÇÃO ESQUECIDA DA REVOLUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DOS ANNALES

Sugerimos a expressão *esquecida*, pelo caráter de não interesse ou desconhecimento, por parte de professores(as) de História da Igreja, da fantástica contribuição nos campos da pesquisa sugerida pela chamada *revolução*.

A contribuição para os estudos da história das Igrejas Cristãs considerando a revolução historiográfica de fins do século passado e, mais precisamente, com a entrada em cena da revista *Annales*² em 1929, parece-nos algo que ainda não tocou no íntimo de grande maioria de professores e professoras de História da Igreja. A verdade é que ainda permanece a compreensão de que nos horizontes eclesiais o que é digno de memória relaciona-se com o triunfalismo de uma instituição e nada mais. Uma evidência nítida do que estamos dizendo está dificuldade de se sair dos manuais ao se tratar temas da história das Igrejas Cristãs.³

Se, por um lado, tais manuais são de extrema riqueza e competência no que tange a informações, gostaríamos de insistir no caráter empobrecido de um discurso que prime somente e unicamente pela leitura da história na ótica triunfal, eurocêntrico e institucional.

Seria um limitar-se da riqueza do tempo histórico, ao mesmo tempo que uma redução das experiências sociais a uma única hipótese interpretativa. A contribuição da *Nouvelle Histoire* está, justamente, na *problematização* do fato histórico.

Historiadores investigam não a ficção mas, sim, o real. A observação é do historiador inglês Eric Hobsbawm:

*O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são.*⁴

Os vários campos da história, seja, história econômica, social, política, das idéias e das mentalidades ou cultural, teriam um contributo inquestionável no que tange à história da Igreja e na utilização desses campos no que se refere a método

2 Revista aglutinadora de pensamento e de uma nova forma de se fazer ciência histórica. Posteriormente há a mudança de movimento, dos *Annales* para *Nouvelle Histoire*. De sua fundação, até os dias atuais, destacam-se entre nós: Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Peter Burke, Emmanuel Le Roy Ladurie, Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle. Na influência dos *Annales* temos ainda, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson, Michele Perrot e vários outros.

3 Os mais comuns entre nós são: K. BIHLMEYER & H. TUECHLE, *História da Igreja*. Vol. 1-3. São Paulo, Paulinas, 1964-1965; D. ROPS, *História da Igreja de Cristo*. I-VI. Porto, Livraria Tavares Martins, 1956-1962; L. J. ROGIER, R. AUBERT & M. D. KNOWELES, M. D. (orgs.). *Nova História da Igreja*. Petrópolis, Vozes, 1966-1976; Pierre PIERARD, *História da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 1982; R. FROHLICH, *Curso básico de história da igreja*. São Paulo, Paulinas, 1987; GONZÁLEZ, J. L. *E até os confins da terra: uma história ilustrada do cristianismo*. Vol. 1-10. São Paulo, Edições Vida Nova, 1980.

4 Cf. E. HOBSBAWM, *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. p. 08.

historiográfico. Acrescente-se a isto o conhecimento, por parte de historiadores(as) da Igreja, o leque que se abriu no debate sobre historiografia após a revolução dos *Annales*. Aqui estão os defensores de uma história abrangente e totalizante, que rejeitam as premissas de uma história política marcada pelos grandes feitos de heróis em momentos de guerras ou decisões político-institucionais. A verdade é que há um redescobrimto do *homem comum* como elemento fundamental no desencadeamento de transformações históricas, tanto na curta como na longa duração. Partindo daí temos uma proposta de abordagem problematizada dos processos históricos globais. Nessa perspectiva o estudo das crenças, percebidas em sua dupla determinação — religiosa e política — recebeu atenção de Lucien Febvre e Marc Bloch que são autores de estudos que se mantiveram como referências obrigatórias para a compreensão e análise de crenças coletivas. Um exemplo da forma de atuar de nossos autores está na forma como Febvre estuda, em 1928, a vida de Martinho Lutero. Ele deixa evidente sua forma de compreender a relação entre o indivíduo e o seu grupo social, entre a *iniciativa pessoal e necessidade social*, sem contudo perceber as idéias de Lutero como um reflexo direto dos interesses da burguesia, ou ainda sem reduzir atitudes e valores espirituais a meras expressões de transformações na economia ou na sociedade.

A Nova História — *Nouvelle Histoire* — trouxe consigo alguns pontos básicos de discussão nos campos da historiografia. Sugerimos, a seguir, a leitura em tópicos desses pontos, apresentada por Ronaldo Vainfas.⁵

5 Cf. R. VAINFAS, *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1998. pp. 01-23.

1. A crença no caráter científico da história, que no entanto é uma ciência em construção. Há o desafio de se passar de uma *história-narração* para uma *história-problema* mediante a formulação de hipóteses de trabalho.
2. O debate crítico e profundo com as ciências sociais. A história delas importou problemáticas, conceitos, métodos e técnicas.
3. A busca de formulação de uma síntese histórica global do social, tentando explicar a vinculação existente entre técnicas, economia, poder e mentalidades, mas também as oposições e as diferenças de ritmo e fase entre os diferentes níveis do social.
4. O abandono da história centrada em fatos isolados e também uma abertura maior para os aspectos coletivos, sociais e repetitivos do sócio-histórico, *substituindo a anterior fixação em indivíduos, elites e fatos 'irrepetíveis': daí o interesse maior pelas temáticas econômicas, demográficas e relativas às mentalidades coletivas*.

5. O favorecimento e ampliação do uso da história oral, dos vestígios arqueológicos, da iconografia etc, em detrimento das fontes unicamente escritas.
6. Uma consciência maior da pluralidade dos níveis da temporalidade: *a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio (e múltiplo) das conjunturas, a longa duração das estruturas; além de que o próprio tempo longo, estrutural, é diferencial em seus ritmos dependendo de quais estruturas se trate o mental, por exemplo, muda mais lentamente do que o econômico, e este mais do que o técnico.*
7. Uma preocupação com o espaço, considerando, por um lado, a geografia humana e, por outro, o estudo de mares e oceanos.
8. A relação entre passado, presente e futuro.

O desconhecimento ou a não aceitação da contribuição desta forma de fazer história e de tais propostas, nos relegam à compreensão de história eclesial como disciplina que estuda o funcionamento, estrutura e organização do clero e da pregação religiosa, incluindo as formas de proselitismo religioso, a disciplina clerical e a normatização do ritual.

Acreditamos que uma nova maneira de conceber História da Igreja tem a ver com escolha das fontes de informação e de que servir-se delas está sem dúvida alguma ligado à renovação das questões colocadas pelo historiador (a). Na história das sociedades, para a qual a grande maioria dos historiadores contemporâneos convergem ainda há uma dificuldade certa restrição com o dado econômico.

Na época em que foram fundados os Annales, a história econômica detinha o lugar primordial. A história social vinha seguir; ela fazia o papel de coadjuvante. Lentamente ela supera a história econômica e leva consigo a história das civilizações (expressão de Lucien Febvre) ou, conforme outros, história da cultura. A interseção entre esses vários campos conduz a ciência histórica para os caminhos da antropologia onde predomina a análise das estruturas de parentesco. As primeiras pesquisas sobre a história da família foram lançadas na França a mais ou menos 25 anos. A criação historiográfica a partir do horizonte familiar foi fantástica. A justificação talvez esteja no desejo muito intenso de investigar esta instituição tão peculiar. Da família caminhamos para a morte e para o casamento abrindo leque, ainda, para o tema da festa.

As exemplificações acima são apenas para elucidar a riqueza que surge no momento em abrimos o horizonte para a variedade de hipóteses interpretativas.

6 Cf. J. RANCIÈRE, *Les mots de l'histoire — Essai de poétique du savoir*. Paris, Seuil, 1992.

Concluirei em sentido inverso (ao do proposto por Stone): nada ameaça a história senão sua própria negligência em relação ao tempo que a constituiu, ou seu medo diante daquilo que é a matéria sensível de seu objeto: o tempo, as palavras e a morte.⁶

O que nos interessa é o deslocamento da discussão histórica do finalismo para o das relações entre estrutura e acontecimento, entre diacronia e sincronia e para a riqueza de matices sob os quais a pessoa humana se apresenta. O que parecia se apresentar como uma condenação da história transforma-se numa fonte nova de inspiração. Graças sobretudo à obra realizada pela *Escola dos Annales*, de Bloch e Febvre, até os seus mais recentes representantes, o historiador (a) pode retomar seu trabalho de reconstrução do passado no interior de um novo contexto, qualitativamente diferente, liberto das cadeias do finalismo (aquela *coisa* hegeliana) e aberto à contribuição de todas as ciências humanas, dando condições para que a história possa ser o privilegiado terreno comum da busca de sentido para nossas ações cotidianas.

Uma História da Igreja que considere a riqueza e a fontalidade da contribuição das ciências sociais, descobrirá novas maneiras de re-ler os eventos e próprio sentido que se dá à expressão eventos. Como contribuiria um diálogo maior com as ciências sociais? O que poderia ser relido em outra ótica?

2. 500 ANOS DE BRASIL: AS IGREJAS ENTRE O MEMORÁVEL E O INDIGNO⁷

7 Esta segunda parte de nossa reflexão sugere algumas pistas de concretização, entre nós, de propostas de método sugeridas pela *Nouvelle Histoire*.

A história universal vai do Oriente para o Ocidente. A Europa é absolutamente o fim da história universal... A história universal é a disciplina da indômita vontade natural dirigida para a universalidade e a liberdade subjetiva.

(Hegel in: *Filosofia da História Universal*)

Um final de milênio sempre trouxe consigo a sugestão de uma reflexão que nos permite seguir acreditando na capacidade criativa e utópica da história das pessoas e dos grupos: de nos ensinar a seguir criando e re-criando sentidos múltiplos para a existência.

Torna-se comum neste final de milênio, discursos tidos como competentes e as mais variadas chamadas televisivas, onde se exalta o *mito da modernidade*, conjugada à *idéia de descobrimento*, o que sugere a supremacia do *ser* sobre o *não ser*. Daí, o europeu comerciante branco, homem e católico, superior e impondo-se sobre o nativo indígena e africano, sobre a mulher e sobre o culto da natureza e da terra.

A evidência histórica nos revela que os chamados *500 Anos de Brasil* necessitam ser re-lidos e re-interpretados considerando, não somente relatos oficiais tidos como fidedignos, mas também *des-ocultando* a imensa contribuição deixada pelas fontes consideradas *heréticas* e não dignas de memória. A presença das igrejas cristãs católicas e evangélicas nestes *500 Anos de encobrimento* do outro, pautou-se por atitudes de coerência profética e, ao mesmo tempo, de conivência com estruturas estabelecidas de poder aristocrático, o que fortaleceu no imaginário latino-americano, o sentido de vida feliz no progresso, proposta pelo mito da modernidade. Nosso intuito nesta breve reflexão é insistir na necessidade do resgate-memória dos des-privilegiados. Com isso afirmamos: tivemos nos 500 anos privilegiados e des-privilegiados no campo da historiografia. Tivemos a dignidade memoriográfica exaltada e a indignidade des-memoriográfica humilhada.

Alguns poderiam perguntar-se: como compreender esta evidência? Ancorados no já decantado argumento da chamada *consciência possível* insistem em re-afirmar que a conjuntura (tanto *Sitz im Lebem* como *Weltanschauung*) não permitia que lideranças políticas e religiosas agissem de outro modo. Mas, responderíamos: se tantos outros buscavam anunciar o evangelho como vocação para a liberdade, porque determinados líderes também não o faziam? Ainda insiste certo grupo de pesquisadores, nos horizontes da historiografia, que aqueles que buscam, cientificamente, resgatar e des-ocultar os excluídos da história de construção dos chamados *500 Anos* estão ideologizando a interpretação em nome de tais e tais interesses. Mera demagogia pseudo-científica, pois o contato com fontes alternativas considerando os contributos da história econômica, da clássica e abrangente história social, da tradicional e ao mesmo tempo novíssima história política, da história das idéias, muito forte em países de língua inglesa e, evidentemente, da polêmica história das mentalidades, permitir-nos iam re-estruturar nossa compreensão ante a originalidade da importância dos excluídos e heréticos. Estaríamos fortalecendo aquilo que Peter Burke, historiador inglês, considera de importância vital: ler a história considerando o lugar central *dos de baixo*.⁸

O que realmente ficou estabelecido nos *500 Anos*, ao menos no que se refere ao modelo de cristandade que imperou entre nós até o Vaticano II, foi uma visão histórica da presença das igrejas cristãs muito mais considerando uma imagem totalitária e vitoriosa, sistêmica, tendo como base um grande projeto de conquista espiritual, onde trono e altar, poder civil e religioso, caminhassem de mãos dadas, buscando expandir suas

8 P. BURKE, *A Escrita da História*. São Paulo, Unesp, 1995.

convicções e valores, ancorados na filosofia de Aristóteles onde *o perfeito deve imperar e dominar sobre o imperfeito, o excelente sobre seu contrário*. Vale lembrar a grande influência que exerce, no quadro sistêmico das teologias cristãs, a herança aristotélica: um emérito pensador, porém, escravista, greco-cêntrico e patriarcalista convicto.

No plano pragmático, considerando o chamado *500 Anos*, que *campos de investigação* e que *linhas de pesquisa* deveriam ser re-lidos pelos historiadores das Igrejas e pesquisadores da história, considerando o caráter multifacetário-interpretativo, que nos permitiria compreender a história *vista pelos de baixo*? A seguir, elencamos algumas pistas sugestivas: o horizonte agrário, o horizonte urbano, as paisagens, o empresariado e as organizações sindicais, família e demografia histórica, história do cotidiano-mentalidades e vida privada, memória das mulheres, a sexualidade, história e etnia, história das religiões e das religiosidades, a fotografia, o cinema e a informática.

CONCLUSÃO

Concluindo, diríamos que a história é mestra da vida e, mais ainda, mestra das possibilidades de seguirmos acreditando na força místico-espiritual de nossas Igrejas considerando sua experiência, também única, de *martyria* coerente. Compreender a presença das igrejas cristãs na história dos *500 Anos* também como profetismo invejável dos esquecidos e inesquecíveis requer uma convicção: a história deve ser vista como *ciência do passado* e *ciência do presente* ao mesmo tempo. As igrejas não saem perdendo quando problematizam sobre fatos e/ou acontecimentos, pois, sendo assim, há uma forma de consciência que permite ao historiador (a) — homem e mulher de seu tempo —, bem como àqueles aos quais se dirigem, uma compreensão plena de sentido da veracidade dos fatos e/ou acontecimentos.